

MACEDO, Jorge Borges de

«A tentativa histórica "da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal" e as insinuações polémicas», introdução a HERCULANO, Alexandre - História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal . Tomo 1, Lisboa, Livraria Bertrand (col. Obras Completas de Alexandre Herculano), 1975, pp. XI-CXXXIV .

BN C.G. 8100

xii

... Duas coisas eram certas: o estudo não se apresentava só como obra de ciência; visava intervir, em actualidade, junto de um amplo público.

xv

... Nas sociedades que Herculano conhecia, a protecção das instituições liberais vinha acrescentar-se (e não substituir) à força moral íntima que o cristianismo sublimou. Opiniões filosóficas do (/xvi) maior interesse para estabelecer a genealogia cultural da obra Da origem

xviii

... A Igreja interessava-o como um corpo social determinado que assegurava a função íntima e pública do cristianismo: não podia «alterar» a doutrina estipulada pelo dogma.

xxi

Publicação da História de Portugal :Logo em 1846, o historiador só foi «censurado» por não ter dado «alcance» à batalha de Ourique, nem aludido às circunstâncias sobrenaturais que lhe foram vinculadas.

xxiii

... Ponto a fixar: o século que diz respeito a este estudo não era da especialidade do autor; esta chegaria, acaso, ao século XIV. Se a actividade crítica e a metodologia eram gerais, a pesquisa era limitada.

xxxv

... Semelhante ao centralismo absolutista, no seu foro correspondente, a Igreja de concepção papal é adversária das liberdades religiosas e da crença individual, sobrepondo a organização e as exigências da instituição à intimidade religiosa. O seu poder tornara-se ainda maior do que o absolutismo político, pela coacção psíquica que exercia. O Santo Ofício constituía, no entender (/xxxvi) de Herculano, o exemplo de como essa concepção religiosa, em dada altura, se uniu ao absolutismo real e como daí resultou a dominação do país.

xxxix

... Nesta obra culmina a sua antiga preocupação de conciliar a vocação íntima e livre do cristianismo com o liberalismo.
Herculano: A Inquisição foi um cálculo frio e (/xlii) feroz do absolutismo de D. João III ... Quis queimar judeus para os roubar e pediu lume a Roma, que lho recusou largo tempo, porque não ignorava para que ele o pedia .

xliv

... Por isso Herculano, convicto da permanência intemporal destes juízos morais [como o de corrupção] , usa-os sem qualquer suspeita de que - pelo contrário - constituem os problemas decisivo duma verdadeira história das religiões e da cultura.

xlvj

Herculano: Sem que admitamos a conveniência ou a necessidade de converter em questão religiosa uma questão puramente social; condenando com todas as veras da alma uma instituição antievangélica, desonra do cristianismo, e que manchou as vestes puras do sacerdócio com largas e indeléveis nódoas de sangue; rejeitando, enfim, o pensamento atroz que presidiu ao estabelecimento da Inquisição, justamente porque nos parece que assim se teria evitado esta grande infâmia do século XVI, ... entendemos, todavia, que chegadas as cousas aos termos em que se achavam (/xlvii) no reinado de D. João II, cumpria reprimir severamente os judeus, impedir o abuso do dinheiro e, sobretudo, adoptar outro sistema de percepção de impostos.

xlix

... Com efeito, em caso algum podemos supor que, em Portugal, a única, ou mesmo a principal, base dos confrontos sociais e económicos dinâmicos estivesse na luta bipolar entre portugueses, sejam cristãos-novos ou cristãos-velhos, nobres, fidalgos, ou não. Podemos até perguntar se esse confronto tem algum significado, esquecendo o papel desempenhado por italianos, alemães, flamengos, espanhóis, (/l) etc.

lj

... A ligação do judeu com os circuitos económicos internacionais, na Flandres e sobretudo na Itália, é indiscutível, embora estivesse longe de ser exclusiva. Que papel esse facto desempenhou nas atitudes de D. João II ,D. Manuel e depois de D. João III ?
Não é possível unificar o cristão-novo do século XVI num grupo economicamente delimitado; há cristãos-novos com as mais variadas fortunas, ocupações, apoios e interesses.

lii

... Como quer que seja, impossível esquecer-se que fidalgos e mercadores não constituíam categorias contrárias e a ambos podia interessar, tal como a alemães e flamengos, a eliminação ou o enfraquecimento do circuito monetário (/lii) judaico-italiano, tão poderoso e quase monopolista até ao século XV.

liv

... A ideia do rei D. João III ,fanático e bronco , apoiado nas massas portuguesas, ignorantes e invejosas, contra os cristãos-novos, lúcidos e endinheirados, Deus ex machina da Inquisição, é inaceitável.

lvii

A atitude de tolerância para com os judeus, que encontra continuidade com a mudança de reinado, entre D. Manuel e D. João III , começa a alterar-se por volta de 1527 .

lviii

... Aproveitando esta ponderação de forças que lhe era favorável, o rei de Espanha pretendia que se criasse em Portugal uma Inquisição dependente da espanhola.
... A perspectiva galicana, por sua vez, evidencia-se na correspondência do rei com o bispo do Funchal ... e acentua-se aquando do conflito entre D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu O esforço da realeza para criar um órgão de pressão próprio e o mais independente possível do papa - o tribunal do Santo Ofício - tem implícito um ponto de vista galicano, mesmo que mantivesse uma dependência jurídica difícil de concretizar. Foi o que sucedeu.

lxiii

... A suposição de que, no século XVI, foi aniquilado, com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, o tráfego das especiarias por via mediterrânea, está longe de ser verdadeira. Vulgarmente exposto no século XIX e até no século XX, esse erro impediu que se compreendessem muitas questões do Mediterrâneo e do Índico

lxv

... O drama da Inquisição portuguesa no século XVI, com todo o seu cortejo de violências ... (/lxvi) , não é diferente do que se passava por toda a Europa a respeito das minorias vigiadas. Não se explica pelas razões menores do absolutismo real sobre uma vontade portuguesa entorpecida.

lxx

... Da Origem... é sobretudo a análise (/lxxi) de como uma instituição centralizadora nasceu e se impôs, com as suas incidências, tanto no domínio político e cultural, como no próprio íntimo das pessoas.

cxiv

... Oliveira Martins toma o Santo Ofício, no século XVI, como uma «necessidade da evolução histórica, necessidade do temperamento nacional peninsular» ... (/cxv) entendia que se impunha rever o caso histórico de D. João III , tanto no que diz respeito ao sentido da sua «responsabilidade» no estabelecimento da Inquisição como na sua competência e

